

O RETORNO DOS JOVENS À ESCOLA: A CENTRALIDADE DO TRABALHO

CLÁUDIA BORGES COSTA¹

NAYARA CRISTINA CARNEIRO DE ARAÚJO²

MIRIAM FÁBIA ALVES³

Resumo

Este artigo discute a EJA considerando a centralidade do trabalho no retorno dos jovens à escola. Investigou-se o perfil dos educandos do Proeja-Fic/Pronatec da rede municipal de Goiânia/GO considerando 108 (cento e oito) questionários formulados pela Divisão de Ensino Fundamental de Adolescentes, Jovens e Adultos aos educandos de uma escola que experimenta a integração entre formação geral e qualificação profissional no Ensino Fundamental; e 14 (catorze) entrevistas com educandos que declararam exercer alguma atividade profissional no momento. A pesquisa foi impulsionada pela reflexão sobre a situação dos jovens trabalhadores, apontando o trabalho enquanto motivação nesse retorno dos jovens à escola.

Palavras-chave: Juventude. Mercado de trabalho. Exclusão social.

Abstract

The article discusses the education of youth people and adults considering the centrality of labor in return of youth people to school. Investigate the profile of youth and adult learners of Proeja-Fic/Pronatec at the municipal de Goiânia/GO recital 108 (a hundred and eight) 14 (fourteen) interviews with students who have declared to be exercising any professional activity at the moment. The research was

-
- 1 Graduada em História pelo Centro Universitário de Brasília (UnICEUB) – 1989, e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Católica de Goiás (UCG). Atualmente, é apoio pedagógico da Divisão de Ensino Fundamental – Alfabetização de Jovens e Adultos/DEF-AJA da Secretaria Municipal de Educação/SME.
 - 2 Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) – 1992, mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É professora adjunta na Faculdade de Educação da UFG e docente no Programa de Pós-Graduação em Educação. Atualmente, é Coordenadora das Licenciaturas/UFG e Educação Básica.
 - 3 Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROPED/UERJ), mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG) – linha de pesquisa: Educação, Trabalho e Movimentos Sociais, atuando principalmente em temas relacionados à Educação de Jovens e Adultos e Educação do Trabalhador. Possui título de especialista em Educação de Jovens e Adultos pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá – 2011, e graduação em História pela UFG – 2010.

driven by reflection on the situation of young workers and the current situation of formal education in Brazil, pointing out the work while motivated in this youth return to school.

Keywords: Youth. Employability. Social exclusion.

1 Introdução

A educação de jovens e adultos tem ganhado destaque no cenário mundial tendo em vista o aumento do número de pessoas na chamada terceira idade, e no Brasil o fato de a população jovem e adulta não ter completado nem mesmo a primeira etapa da Educação Básica acentua ainda mais a importância da garantia do direito à educação para todos. Por outro lado, o envelhecimento da população mundial é um acontecimento e precisa ser colocado em evidência haja vista os inúmeros aspectos que o inter cruzam, como a preparação para uma maior permanência no mundo do trabalho.

De acordo com o Comunicado IPEA nº 160 (BRASIL, 2013, p. 9), existe uma tendência no Brasil de diminuição da parcela de jovens e aumento da proporção de adultos mais velhos no mercado de trabalho. No entanto, esses jovens que estão fora do mercado serão os adultos mais velhos de amanhã; logo, devem se preparar para se posicionarem na luta pela sobrevivência considerando as novas necessidades que emergem a todo instante e os próprios cuidados com um ciclo de vida marcado por constantes exclusões sociais. Nesse contexto, os jovens devem se preparar para enfrentar o fantasma da inutilidade ou o que chamamos de desemprego: “[...] são três as forças que configuram a moderna ameaça do fantasma da inutilidade: a oferta global de mão-de-obra [*sic*], a automação e a gestão do envelhecimento” (SENNETT, 2006, p. 84).

A necessidade de se pensar a situação desses jovens trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho, ou em subemprego, e que buscam na escola uma opção de melhorar a sua condição de trabalho, traz à tona o objetivo central do presente artigo: traçar o perfil desses estudantes trabalhadores que não puderam concluir seus estudos e que, no retorno à escola, vivem o desafio de conciliar trabalho, família e escola. Para tanto, a presente pesquisa investigou o perfil dos educandos jovens e adultos do Proeja-Fic/Pronatec⁴ da rede municipal de Goiânia/

4 O Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006 instituiu o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, ampliando a oportunidade de ofertas de cursos nos sistemas municipais resultando então no Proeja-FIC. A intenção do Proeja-FIC/Pronatec é, a partir do financiamento pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (2011), elevar o

GO. Os dados aqui apresentados são relativos a 108 (cento e oito) questionários formulados pela Divisão de Ensino Fundamental de Adolescentes, Jovens e Adultos (DEF-AJA) e aplicados pela Secretaria Municipal de Educação de Goiânia aos educandos de uma escola que experimenta a integração entre formação geral e qualificação profissional no Ensino Fundamental. Também foram realizadas entrevistas com os 14 (catorze) educandos que declararam exercer alguma atividade profissional no momento. As entrevistas foram denominadas de acordo com o alfabeto, da letra “A” à “N”, em acordo com a ordem de transcrição, e foram concedidas voluntariamente.

Os dados coletados indicam que o perfil dos educandos do Proeja-FIC/Pronatec é constituído por uma maioria de jovens do sexo masculino, trabalhadores e de renda familiar que aponta para a condição de exclusão dessa parcela da população. O retorno desses jovens à escola expressa uma perspectiva de melhorar sua condição de vida e o trabalho. Melhores oportunidades de trabalho são motivadoras para a dura tarefa de conciliar o estudo, a família e a escola. Nesse sentido, este artigo explora, na primeira parte, os dados do perfil; no segundo momento, os dados das entrevistas em que se destaca a relação entre trabalho e escola.

2 Jovens pobres e trabalhadores: os educandos do Proeja

Os dados mostraram a predominância do sexo masculino nas salas de aulas, correspondendo a 59,2% no total de educandos. Existe, ainda, a predominância de jovens de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos nas salas de aulas, correspondendo a 41,6%. Os adolescentes entre 15 (quinze) e 17 (dezessete) anos correspondem a 28,7%; enquanto os adultos de 30 (trinta) a 45 (quarenta e cinco) são 13,8%. De 46 (quarenta e seis) a 59 (cinquenta e nove) anos, existem 8 (oito) educandos, correspondendo a 7,4%. Acima de 60 (sessenta) anos, existem três educandos, ou seja, 2,7% do total de 108 (cento e oito). A grande maioria declara-se da cor/ raça parda, correspondendo a 59,3%, seguidos da cor branca (19,4%) e há preferência em não se identificar (7,4%). Esses dados revelam o retorno dos jovens à educação formal, mas também a busca por uma escola que ofereça a formação geral e capacitação profissional que serão requisitos mínimos para o ingresso no mercado de trabalho. Considerando que essa escola oferta dois cursos nessa modalidade, Operador

nível de escolarização dos educandos oferecendo o Ensino Fundamental integrado à qualificação profissional. O Pronatec (Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011), trata-se de um dos programas centrais do governo federal. “Sustentado nas concepções economicista da Teoria do Capital Humano e baseado em um suposto “apagão” de mão de obra, o Pronatec é hoje política emblemática do protagonismo atribuído, pelo governo federal, às instituições privadas na oferta dos cursos de educação profissional e tecnológica” (MORAES, 2013, p. 997).

de Computação e Eletricista, compreende-se o público masculino que predomina nessa amostra.

Em relação ao estado civil, 71% dos educandos se declararam solteiros; enquanto 12,1% vivem com o (a) companheiro (a); 10,3% declaram-se casados (a) e 4,7% separados (a). Apenas dois educandos são viúvos, correspondendo a 1,9%. Apesar do maior número de solteiros, vale ressaltar que 42 (quarenta e dois) afirmam ter filhos (41,2%). Desses 46,3% possuem 1 (um) filho; 14,6%; 2 (dois) filhos; 24,4%, 3 (três) filhos; 12,2%, 4 (quatro) filhos; 2,4%, 5 (cinco) filhos. Os dados também sinalizam uma mudança no perfil familiar que está em curso em todo o Brasil com a diminuição do número de filhos por família.

A maior parte dos educandos dessa amostra é constituída por migrantes, e nasceu em outros estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Piauí, Paraná, São Paulo e Tocantins. Os que são naturais de Goiás correspondem a 25,9; em segundo lugar, encontram-se os naturais do Tocantins (17,5%), seguidos do Maranhão (16,6%).

Oliveira (1999, p. 1), analisando o perfil dos educandos da Educação de Jovens e Adultos, afirma que:

[...] é geralmente o migrante que chega às grandes metrópoles proveniente de áreas rurais empobrecidas, filho de trabalhadores rurais não qualificados e com baixo nível de instrução escolar (muito frequentemente analfabetos), ele próprio com uma passagem curta e não sistemática pela escola e trabalhando em ocupações urbanas não qualificadas, após experiência no trabalho rural na infância e na adolescência, que busca a escola tardiamente para alfabetizar-se ou cursar algumas séries do ensino supletivo.

Os dados coletados e as entrevistas realizadas revelam que o perfil dos educandos de Goiânia/GO está em acordo com a afirmação de Oliveira (1999). Os jovens e adultos trabalhadores e educandos tiveram um primeiro contato com o sistema educacional em uma zona rural que, de certa forma, foi determinante para hoje estarem em uma sala de aula no Ensino Fundamental. As condições socioeconômicas foram determinantes, também, no sentido de que os afastaram da escola precocemente, principalmente pela necessidade de trabalharem nas zonas rurais para ajudarem as suas famílias.

Os dados apresentam um contexto que possibilita algumas reflexões acerca da grande diversidade de sujeitos sociais que enfrentam as delimitações históricas que moldaram e moldam a realidade social, econômica, cultural e educacional desigual e excludente. Conforme Moraes (2013, p. 981), “[...] o problema do ritmo e das formas de disseminação das relações sociais capitalistas se expressa

na conformação diversa da educação escolar e das políticas governamentais que lhes dão substância, nas diferentes regiões e localidades do país”. Essa autora se aproxima do debate da complexa formação econômica e social do Brasil; mas, ao mesmo tempo, revela que a desigualdade de condições unifica os trabalhadores como excluídos e impulsiona a migração de muitos na expectativa de melhorar a sobrevivência.

Em relação à ida à escola, 77,6% dos estudantes vão a pé, enquanto 11,2% usam a bicicleta como meio de transporte; 7,5%, a motocicleta e 2,8%, o carro. A maioria, correspondendo a 78,1%, vai à escola direto de casa, enquanto 11,4% vão direto do trabalho. Em relação ao transporte público, menos de 1% utiliza esse serviço. Percebe-se que a maioria dos educandos da escola investigada reside próximo à escola, e que existem dificuldades com o transporte público de maneira mais acentuada dentro dos bairros.

No que diz respeito ao trabalho, 56,9% dos educandos afirmam exercer atividade profissional, enquanto 43,1% não. Entre as atividades exercidas, foram descritas artesanato, atendente, auxiliar de escritório, balconista, carregador, coletor de lixo, costureira, doceiro, doméstica, eletricista de automóvel, jardineiro, mecânico de motos, pintor de móveis, entre outras. Trabalham com carteira assinada apenas 42,5%. Questionados sobre habilidades artísticas ou profissionais que possuem, foram relatadas atividades como cabeleireiro (a), composição de músicas, desenhista gráfico, manicure e pedicura, montagem de som automotivo, trabalhos rurais etc.

Sobre uma das condições básicas de vida – moradia –, 82,8% dos estudantes residem em casa alugada, seguidos de 15,2% em própria e 2% em cedida. A renda mensal da maioria (69,2%) não ultrapassa o valor de 1 (um) salário mínimo, seguidos por 28,8% que recebem de 1 a 3 (um a três) salários mínimos e 1,9% que recebem de 3 a 5 (três a cinco). Esse é um dado importante a ser considerado em relação às motivações para o retorno à escola, somado às atividades profissionais, uma vez que a perspectiva de melhorar suas condições de vida mobiliza parte dos jovens. Nesse sentido, pode-se afirmar que os educandos do Proeja-FIC/Pronatec em Goiânia se somam a uma amostra significativa da população brasileira que é pobre e não possui a escolaridade obrigatória; por isso, busca na escola os caminhos para alterar sua condição de vida e, também, de inclusão no mundo do trabalho.

3 O retorno à escola: o trabalho como motivação

A escola, como espaço do pensar, de ação cultural, de construção do novo, que se compromete com uma ação humana crítica, é a instituição que necessita

perceber a história como algo a ser reconstruído, e para os investigados nessa pesquisa a escola representa uma possibilidade de aprendizado que os leve ao mercado de trabalho e os inclua na sociedade.

Quanto às trajetórias escolares, os educandos trabalhadores do Proeja Fic/Pronatec afirmam que 35,6% não frequentaram a escola no ano anterior. Sobre o tempo de escolaridade, apenas 41% possuem mais de 5 (cinco) anos de educação formal, tendo 29% ingressado na vida escolar aos 7 (sete) anos de idade, seguidos por 19,4% que ingressaram aos 6 (seis). Educandos que ingressaram na escola com mais de 8 (oito) anos de idade correspondem a 27,9%.

Ressalta-se que 78,8% dos educandos já precisaram parar de estudar, sendo 13% por mais de 1 (um) ano e 12% por mais de 5 (cinco) anos. Os motivos são diversos, como dificuldade em conciliar os horários de estudo e trabalho (19,5%), falta de tempo devido a outras responsabilidades (19,5%), falta de interesse (16,1%), nascimento de filhos e/ou necessidade de cuidar dos afazeres do lar (13,8%), mudança de endereço ou local de trabalho (8%) e proibição por parte dos companheiros (6,9%). Tais dados revelam que, para muitos, o problema não foi o ingresso tardio na escola, e sim as trajetórias escolares marcadas pelas interrupções e retornos descontínuos.

Atualmente, o motivo maior que levaria os educandos a não frequentar as aulas todos os dias ou a chegar e sair fora do horário estabelecido permanece sendo a responsabilidade familiar, seguida pela inadequação dos horários de trabalho e estudo e pelo cansaço. Além disso, os educandos revelam a vergonha de estarem atrasados nos estudos e de exporem as suas dificuldades de aprendizagem.

Diversos são também os motivos que levaram esses estudantes a procurar a Educação de Jovens e Adultos. Para 31,8%, conseguir um emprego melhor é o principal motivo do retorno à escola. A vontade de vencer na vida e/ou dar um futuro melhor à família é o motivo principal para 49,5% dos educandos, enquanto 37,4% afirmam sentir vontade de concluir o Ensino Fundamental e prosseguir com os estudos.

Sobre esses educandos e a utilização das novas tecnologias, importa ressaltar que 29,8% não sabem utilizar o computador e que 26,4% não têm acesso à internet. Além disso, como meio de comunicação para manterem-se informados, 74,1% dos educandos utilizam a televisão, enquanto 32,4%, o jornal impresso; 13%, revistas. Tal realidade mostra, também, a exclusão desses jovens do acesso aos bens culturais e tecnológicos – que representam um potencial de inserção no mercado de trabalho e de ter melhores empregos, apontados como motivadores para o retorno à escola.

Os diversos fatores que degradam a condição humana do trabalhador, como o abandono precoce do sistema educação formal, são também os motivos que impulsionaram a volta à escola. Os relatos⁵ indicam a dificuldade de acompanhar as “novidades” do dia a dia.

“O que me motivou a voltar [a estudar] foi porque eu percebi que eu tinha parado no tempo. Tudo estava modernizando e adequando à informática, e os estudos sendo avançados. E eu tinha parado no tempo e necessidade de ter conhecimento, estudar mais. Até porque, pra ser um candidato numa vaga de trabalho melhor, eu teria que ter um estudo mais avançado, curso de qualificação, Isso que me fez voltar a estudar”. (ENTREVISTA F, 2013).

Questionados sobre o que esperam aprender esse ano na escola, e os conhecimentos que esperam adquirir, é permanente a resposta somada ao adjunto “mais”. Todos os educandos afirmam querer aprender mais, buscando: mais coisas novas, mais conhecimentos, mais leitura, mais escrita. Vale ressaltar que, apesar de 18,3% acusarem a falta de paciência dos professores em explicar os conteúdos em que têm dificuldade como um motivo que os levaria a abandonar novamente os estudos, 98,1% confiam nos professores para ajudá-los nas dificuldades de aprendizagem.

No que tange às suas trajetórias escolares, os entrevistados relataram uma realidade de abandono da escola: *“Todo dia eu tinha que ir pra roça. Meu pai é de uma família muito grande, mas era sozinho. Era muito difícil! Então, eu tinha que ajudar ele. Nós éramos 14 irmãos, e todos tinham que ir trabalhar”* (ENTREVISTA L, 2013). E ainda:

“Sempre gostei de estudar. Só parei porque não tive mais como, mesmo. O serviço pesou, a necessidade de trabalhar pesou mais. Meus pais eram pobres, e tinha muitos filhos. E morava em roça, e tinha que trabalhar para ajudar em casa [...]. A gente trabalhava para a família, e não para a gente”. (ENTREVISTA D, 2013).

Destacam-se as exclusões sociais, as quais são submetidos esses jovens e que, impulsionadas pela situação socioeconômica, as acompanham desde a infância:

“Meus pais se separaram. Eu tive que escolher entre trabalhar ou estudar. Normalmente, o serviço que eu encontrava não permitia que eu estudasse e conciliasse os estudos. O horário de serviço era das sete da manhã até às oito da noite. Aí não tinha como trabalhar. Ou fazia a hora ou perdia pra quem estava disponível pra fazer. Quando meus pais se separaram, não fiquei com nem um e nem com outro. Eu fui tocar a vida sozinho”. (ENTREVISTA F, 2013).

5 Os relatos são apresentados sem correções, garantindo a fidelidade à opinião expressa em cada entrevista. Estes relatos foram retirados de entrevistas realizadas individualmente, com roteiro semi-estruturado, tendo sido realizadas e transcritas pela equipe do Centro Memória Viva da UFG em 2013 e 2014.

O início da trajetória da vida escolar dos educandos, logo interrompida pela necessidade do trabalho, revela o contexto social ao qual estavam submetidos no momento em que deveriam iniciar o seu percurso formativo na escola:

“A roça que me ensinou o trabalho. O trabalho que eu sei hoje eu aprendi graças à roça, Pra chegar aqui, foi a roça que me ensinou. Era cansativo porque você não teve infância, minha infância praticamente foi o trabalho. Hoje em dia, toda criança quer ter uma infância. Mas, infelizmente, eu não tive. Foi o trabalho. Foi bom! Mas, também, tem suas desvantagens. Quem começa a trabalhar muito cedo, acontece isso: vai estudar depois de velho”. (ENTREVISTA G, 2013).

Nota-se que as condições da infância e da adolescência interferem de forma fundamental para a situação da juventude e da vida adulta, principalmente sobre os aspectos sociais. Aqui os conceitos de infância, adolescência, juventude e vida adulta se constituem enquanto expressão da realidade e, conforme os educandos revelam, as fases foram tomadas pela centralidade do trabalho em suas vidas. Esses trabalhadores formam, assim, uma massa homogênea no que diz respeito a um aspecto cultural relevante – foram excluídos da escola regular. Essa exclusão é uma forma de inclusão, escancarando a luta social desigual e mais do que a concentração de privilégios, também a concentração de oportunidades e de acesso aos direitos sociais.

A história de início e ruptura da vida escolar dessas pessoas está marcada pela educação na zona rural e “[...] o descaso com a educação no meio rural tem levado a uma compreensão de que o lugar de quem estuda é na cidade e que, para continuar na roça, os trabalhadores não necessitam de estudos” (CAMINI, 1998, p. 37). A educação infantil e o início da educação formal no interior do país, no Centro-Oeste ou no Nordeste, são tratados com descaso, ocasionando o abandono escolar e as dificuldades de continuidade dos estudos.

Percebe-se que a existência de um movimento migratório no século XX no Brasil, a partir do incentivo à produtividade pelo agronegócio, vinculando o latifúndio com o capital, submeteu o campo à cidade, direcionando a vida da população rural ao capital e excluindo-a dos demais direitos sociais, dentre eles, o direito à educação.

Como afirma Bof (2006, p. 72):

O contexto socioeconômico-histórico que envolve as questões da educação rural está diretamente relacionado com a estrutura fundiária brasileira, caracterizada por uma grande concentração da propriedade da terra na mão de poucos, crescente expropriação dos pequenos agricultores e aumento do assalariamento rural. Essa concentração fundiária, a grilagem, a violência no campo, a miséria e a fome, com a consequente degradação das condições de vida dos trabalhadores rurais, são fatores que vêm acompanhados de um crescente êxodo rural.

A falta de escolarização, somada às demais ausências de participação nos direitos sociais básicos, tem como consequência o trabalho precário e a degradação das condições de vida dos trabalhadores.

“[...] porque eu vi que a pessoa sem estudo, nesse mundo tecnológico, daqui um dia a pessoa tem que puxar só carroça, porque outras coisas não pode fazer. Ou você vai trabalhar o resto da vida no pesado e logo, logo você está com problema na coluna doente e não aguenta fazer mais nada”. (ENTREVISTA C, 2013).

Para outro entrevistado, a relação entre educação e trabalho é expressa da seguinte forma:

“[...] porque, hoje em dia, pra você exercer uma profissão e ser alguém na vida [...] É necessário você ter os estudos, porque eu acredito que, sem estudo, você não é nada. Você vai ficar o resto da sua vida sofrendo e não vai ganhar nada. Então, cabe a nós ter um pouco de estudo, porque daí nós temos mais um pouco de oportunidade de emprego”. (ENTREVISTA G, 2013).

Nesse sentido, os entrevistados destacam a centralidade da escola para a melhoria das condições de vida e de trabalho. Mesmo que esse seja um discurso recorrente, repetido pelos entrevistados, o mundo do capital reproduz constantemente as contradições de classe e as diversidades sociais. Conforme Hobsbawn (2000), a produção e reprodução econômica do capital são excludentes. O que acentua os graves problemas estruturais do contexto atual é movimento próprio da sociedade capitalista: dividir, marginalizar e excluir.

Nota-se que para esses jovens não houve um retardamento do acesso ao trabalho frente a um aumento dos anos de escolarização, ao contrário, houve um acesso precoce ao mercado de trabalho combinado a uma precoce evasão escolar de crianças e adolescentes. Conforme aponta o Comunicado nº 160 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (BRASIL, 2013, p. 6), “[...] a taxa de participação entre os jovens também caiu de forma expressiva, mas sem a contrapartida de uma maior frequência ao sistema formal de ensino”. Por mais que o mesmo Comunicado aponte que existe uma queda na taxa de participação dos jovens no mercado de trabalho, deve-se mencionar que muitos jovens estão incluídos no que chamamos de informalidade⁶ (entre os educandos da escola apenas 42,5% trabalham com carteira assinada), o que acaba interferindo nas análises da taxa de participação.

Esse abandono do sistema escolar e o acesso ao mercado de trabalho precoce

6 Informalidade conforme conceituam Portes, Castells e Benton (1989, p. 13-15), não se falando em setor, e sim em economia informal: “Ao invés de uma estratégia de sobrevivência, o informal estaria mais próximo do assalariamento disfarçado [...]”. No entendimento desses autores apenas existira um informal em termos relativos, ou seja, “em contraposição a uma economia formal” (BARBOSA, 2011, p. 143).

revelam a dificuldade de sobrevivência no dia a dia desses educandos trabalhadores. A palavra “difícil” é recorrente nas entrevistas, tanto para retratar o início da vida no trabalho quanto sua realidade atual.

“Era muito difícil, viu. Eu tinha uns dez anos, e tinha vontade trabalhar mesmo. Aprender a trabalhar, para que se eu fosse pra cidade grande. Eu sabia ao menos alguma coisa. Foi ruim, porque eu não terminei os estudos. A pessoa aprender a trabalhar e não ter um estudo bom é muito ruim”. (ENTREVISTA A, 2013).

Outros educandos, mais objetivos, ao serem perguntados se pararam de estudar pela necessidade de começarem a trabalhar respondem: *“Foi. E foi muito ruim e difícil!”* (ENTREVISTA M, 2013). As dificuldades, mencionadas inúmeras vezes pelos educandos, evidenciam o dia a dia deles, marcado pelo cansaço e esforço para alcançarem melhores condições de vida e mais oportunidades de acesso aos direitos sociais básicos. As entrevistas revelam, também, a importância das rotinas em seu cotidiano, sendo frequentes afirmações como: *“Tem dia que vou pra escola só pra não ficar com falta, mas é muito cansativo”* (ENTREVISTA J, 2013). E ainda:

“Além de cansativo, porque já na minha idade eu trabalho de doméstica... E a casa é grande, existe uma coisa que é pior que o cansaço: o tal do estudo. Depois que eu voltei pra sala de aula... As coisas hoje estão muito avançadas, um micro-ondas, máquina de lavar roupa, manual, além de você ter que ler, você tem que entender o que está lendo, não basta só ler”. (ENTREVISTA D, 2013).

Sobre a rotina cansativa de um estudante trabalhador, destacam-se dois relatos:

“Por enquanto, não estou com carteira assinada [...]comecei esses dias agora. Eu preferi fazer uma experiência primeiro, pra vê, porque eu acho que não vou dá conta, porque é muito longe, muito cansativo mesmo. Chego muito cansada e tenho que vim pra escola. Então, vou esperar certinho pra assinar”. (ENTREVISTA I, 2013).

“Tem dia que a gente nem está com vontade de vim. Vontade de deitar e dormir, principalmente a gente que acorda as cinco horas da manhã todos os dias. Você tem que vencer o cansaço também. Só não venho se a minha cabeça tiver doendo. Pior coisa é você estudar com dor de cabeça! Vim duas vezes, mas fui embora, porque não tem como, porque o estudo depende muito da sua cabeça. Se você tiver com a cabeça doendo, e vai estudar, só piora a coisa. Melhor ficar em casa!”. (ENTREVISTA L, 2013).

A trajetória de vida do trabalhador na realidade contemporânea, a precária situação socioeconômica, o desemprego no contexto de organização social do trabalho com base na propriedade privada, a relação com a educação – principalmente no que diz respeito à zona rural brasileira –, indicam a compreensão de dois pontos essenciais para a possibilidade de uma nova conjuntura social aos jovens

trabalhadores brasileiros: a democratização dos direitos sociais e a centralidade do trabalho.

O primeiro ponto demonstra a necessidade de um retorno ao tripé que sustenta o que vem a ser democracia: igualdade, liberdade e participação política. Igualdade de todos perante a lei e para participação nos espaços públicos; liberdade no exercício das vontades e na possibilidade de escolhas do indivíduo; e participação política enquanto conhecimento, envolvimento e mobilização em movimentos sociais e demais práticas políticas.

No caso dos educandos trabalhadores, constata-se que existe uma barreira com relação à igualdade para participação nos espaços públicos, na liberdade de escolhas do indivíduo e na participação política, principalmente pela ausência de um direito básico da democracia que é o acesso à informação. Essa barreira é a desigualdade social que se mostra através do analfabetismo e da ausência de acesso a uma educação formal de qualidade – uma das formas mais perversas de exclusão.

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante. (BOURDIEU, 2007, p. 10-11).

O segundo ponto sobre a centralidade do trabalho decorre da necessidade de se estabelecer a importância do trabalho e dos trabalhadores na sociedade capitalista contemporânea, principalmente na importância desses para a contestação e transformação da realidade, em oposição às teses de Gorz (1986, 1987, 1991, 1998), Offe (1989) e Touraine (1988) sobre o futuro do trabalho e o fim da classe trabalhadora.

A situação é complexa para aqueles que não tiveram a oportunidade de concluir o primeiro ciclo de formação escolar, o Ensino Fundamental. A maioria não tem o conhecimento mínimo de leitura e escrita, fundamentais para qualquer atividade profissional nos dias de hoje. Conforme discute Pochmann (2013, p. 711) sobre os desafios do novo desenvolvimento brasileiro:

O avanço da sociedade moderna coloca o conhecimento na principal posição de ativo estratégico em termos de geração de renda e riqueza. Não obstante a melhoria

educacional dos últimos anos, o Brasil ainda se encontra muito distante do necessário patamar de ensino-aprendizagem. Tem ainda a indecência de registrar uma quantidade inaceitável de residentes analfabetos e parte da população com escolaridade média abaixo de oito anos, ou seja, sem o Ensino Fundamental completo.

A perspectiva apresentada por Pochmann (2013) revela o paradoxo da realidade escolar da população em contraponto ao discurso de supervalorização da escolaridade em vigência nos diferentes setores da sociedade brasileira. Em que pesem as repetidas afirmações de valorização da escolaridade, as políticas educacionais não têm conseguido reverter a realidade de abandono, repetência e exclusão da escola, como apontam os entrevistados. Por outro lado, essa reflexão vai ao encontro do discurso da necessidade de qualificações profissionais constantes para uma permanência em longo prazo no mercado de trabalho, condição da qual estão excluídos uma parcela significativa dos trabalhadores brasileiros.

4 Algumas reflexões finais

Encarar as necessidades dos educandos com a urgência de uma realidade diferente aos trabalhadores sem escolarização de Goiânia/GO, com melhores alternativas, impulsionou a pesquisa e a reflexão sobre a situação dos jovens trabalhadores em uma das cidades mais desiguais do mundo⁷. A reflexão foi realizada acompanhando a atual situação da educação formal no Brasil, que está sendo absorvida pela aceleração da qualificação profissional⁸ com a mínima preocupação com a formação geral.

Considerando o trabalho como parte do processo de criação de riqueza, como condição mínima para a mais-valia e para a construção dos valores de uso, além de ser determinante da estrutura e do desenvolvimento social do Brasil, é fundamental a integração de educação e trabalho no âmbito da escola pública para que se tenha uma formação para o trabalho.

Dessa forma, ao contrário da afirmação de que “[...] a tentativa de construção, a partir da esfera do trabalho, de todo o ambiente de vida como uma unidade subjetiva coerente, é cada vez mais inútil por causa da estrutura temporal e da biografia de trabalho” (OFFE, 1989, p. 28); o trabalho não está perdendo espaço

7 Relatório do Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos, intitulado “Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe 2012: rumbo a una nueva transición urbana” (ONU-HABITAT, 2012).

8 A qualificação profissional no Brasil é apoiada pelo Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e pelo Programa Brasil Profissionalizado, além da Bolsa-Formação, que oferece cursos técnicos para quem concluiu o Ensino Médio e para estudantes matriculados no Ensino Médio cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional.

na vida do trabalhador brasileiro, pois ele continua fazendo parte de sua vida, da infância à velhice, sendo parte fundamental de sua condição de existência.

Nesse sentido, a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional, apartadas historicamente, podem assumir outro papel na formação dos trabalhadores. Com a compreensão de que os sujeitos se formam constantemente e na produção de sua sobrevivência, produzem, também, conhecimento e cultura e, assim, fazem sua história. Educação e trabalho são intrínsecos e devem ser vistos como processos de construção social e emancipação humana.

Na visão de Gramsci, o início da construção crítica é a consciência de sua realidade, como elaboração histórica; assim, para esse autor: “Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer; e, portanto, transformá-la em base de ações vitais [...]” (2004a, p. 95).

Portanto, a centralidade do trabalho no retorno dos educandos à escola revela uma dinâmica importante para se propor políticas públicas que garantam o direito à educação de qualidade a todos os trabalhadores. A produção social humana do trabalho sobre sua própria cultura faz parte do projeto político de emancipação humana e pode apontar caminhos para a transformação social a ser construída dia a dia.

Referências

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (Org.). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. p. 105-159.

BOF, Alvana Maria (Org.) *A educação no Brasil rural*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

BRASIL. *Comunicado nº 160: Um retrato de duas décadas do mercado de trabalho brasileiro utilizando a Pnad*. Brasília: IPEA, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

PORTES, Alejandro; CASTELLS, Manuel; BENTON, Lauren (Org.). *The informal economy: studies in advanced and less developed countries*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989.

CAMINI, Isabela. *O cotidiano pedagógico de professoras e professoras em uma escola de assentamento do MST: Limites e desafios*. 1988. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

GORZ, André. *Los Caminos del Paraiso* – Para comprender la crisis y salir de ella por la izquierda. Barcelona: Editorial Laia, 1986.

_____. *Adeus ao Proletariado* – Para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. *Metamorfosis del Trabajo: Busqueda del Sentido*. Madrid: Editorial Sistema, 1991.

_____. *Misérias del Presente, Riqueza de lo Posible*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1998.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a. v. 1.

HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MORAES, Carmen Sylvia V. Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores de Qualidade: Regime de Colaboração e sistema nacional de educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 124, p. 979-1001, jul./set. 2013.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho* – Trabalho & Sociedade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, Martha Khol. *Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem* – GT “Educação de pessoas jovens e adultas”. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 22., 26-30 set. 1999, Caxambu. *Anais Eletrônicos*. Caxambu: ANPED, 1999. Disponível em: <<https://portuguesilha.files.wordpress.com/2008/05/kohlp-jovens-e-adultos-como-sujeitos-de-conhecimento-e-aprendizagem.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2013.

ONU-HABITAT. *Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe 2012: rumbo a una nueva transición urbana*. 2012. Disponível em: <http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=362&Itemid=18>. Acesso em: 31 out. 2013.

POCHMANN, Marcio. Desafios do desenvolvimento brasileiro. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 124, p. 705-722, jul./set. 2013.

SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

TOURAINÉ, Alain. *O Pós-Socialismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

Submissão em: 26/02/2015.

Aprovação em: 27/11/2015.